

PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE VARGINHA-MG

Family farming participation in the national school feeding program of the municipal public education of Varginha, Brazil

Bianca Beatriz Davanzo^a, Vinícius de Souza Moreira^b

^aUniversidade Federal de Alfenas, bianca.davanzo@gmail.com, ORCID: 0009-0004-6868-4186

^bUniversidade Federal de Alfenas, vinicius.moreira@unifal-mg.edu.br, ORCID: 0000-0002-2398-8096

RESUMO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) determina que 30% dos recursos federais repassados para a sua execução sejam destinados às compras da agricultura familiar. No entanto, por se tratar de uma política pública de abrangência nacional, executada de forma descentralizada, a observância desta cota mínima pelos municípios vem ocorrendo de maneira distinta, justificando estudos que se debruçam sobre uma realidade local. À vista disso, este artigo pretendeu avaliar a participação da agricultura familiar no PNAE da rede de ensino público municipal de Varginha-MG, nos anos de 2017 a 2022, a fim de verificar se o objetivo da política pública de incluir este segmento nas compras institucionais está sendo cumprido. Para isso, efetuou-se uma pesquisa quantitativa, cujos dados foram obtidos a partir de fontes primárias (Secretaria Municipal de Educação, Censo Escolar e reportagens). Para instrumentalizar a análise, foram formulados indicadores de avaliação: Participação da Agricultura Familiar (PAgF); Grau de Cobertura (GC) e Participação Municipal no PNAE (PMun); e para o tratamento dos dados, foram aplicados métodos de estatística descritiva. Os principais resultados demonstraram que a PAgF no PNAE executado na rede de ensino público municipal de Varginha-MG foi, em média, superior a 60% em todos os anos do período estudado, superando o mínimo legal de 30%. Concluiu-se, portanto, que a meta de inclusão dos agricultores foi atingida. Todavia, observou-se tendência de queda na PAgF no período analisado, cujas causas merecem ser investigadas em estudos futuros.

Palavras-chave: políticas públicas; avaliação de políticas; eficácia.

ABSTRACT

The Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) determines that 30% of the federal resources transferred for its implementation are allocated to purchases from family farming. However, as it is a national public policy, implemented in a decentralized manner, compliance with this minimum quota by municipalities has occurred differently, justifying studies that focus on a local reality. Considering this, this article is intended to evaluate the participation of family farming in the PNAE of the municipal public education of Varginha, Brazil, in the years 2017 to 2022, to verify if the public policy objective of including this segment in institutional purchases is being fulfilled. For this, quantitative research was used, whose data were obtained from primary sources (Municipal Department of Education, School Census and reports). To instrument the analysis, evaluation indicators were formulated: Participation of Family Farming (PAgF), Degree of Coverage (GC) and Municipal Participation in PNAE (PMun); and to process the data, descriptive statistics methods were used. The main results demonstrated that the PAgF in the PNAE carried out in the municipal public education network of Varginha was high in all years of the studied period, exceeding the legal minimum of 30%. It was concluded, therefore, that the goal of including farmers was achieved. However, a downward trend in PAgF was observed in the period analyzed, the causes of which deserve to be investigated in future studies.

Keywords: public policies; policy evaluation; efficiency.

1. INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece alimentação escolar aos estudantes de todas as etapas da educação básica matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias conveniadas com o poder público. Para a sua execução, o governo federal, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), repassa, em caráter suplementar, recursos financeiros aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às escolas federais para a compra de gêneros alimentícios, sendo que os valores são calculados em razão do número de estudantes matriculados, cabendo às unidades executoras a prestação de contas desses recursos (Freitas & Freitas, 2020; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação [FNDE], s.d.).

O PNAE não só garante alimentação de qualidade aos estudantes, mas também tem como um de seus objetivos incentivar a agricultura familiar, inserindo-a nas compras institucionais. Conforme determinação da Lei 11.947 de 2009, do total dos recursos financeiros federais repassados, no mínimo 30% devem ser obrigatoriamente utilizados na aquisição de alimentos diretamente desse segmento, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

Além da descentralização da execução financeira, a execução administrativa (relacionada à montagem dos cardápios, à escolha dos alimentos a serem comprados, às estratégias para articular os atores envolvidos, etc.) também é descentralizada. Isto porque existem diferenças nos hábitos alimentares, nos padrões de produtividade, nos recursos humanos e tecnológicos disponíveis, nas expertises e graus de autonomia da agricultura familiar, que dependem das peculiaridades de cada contexto.

Por se tratar de uma política pública de abrangência nacional, intersetorial e cuja execução se dá de maneira descentralizada, diversos pesquisadores

têm se dedicado a compreender os diferentes resultados e efeitos da implementação do PNAE nas mais diferentes regiões do país. Em estudos recentes sobre esta política pública, a ênfase recai sobre os fatores (administrativos, políticos e institucionais) intervenientes na compra de produtos da agricultura familiar (Silva, Valadares, Alves & Bastian, 2023); sobre a gestão de associações e cooperativas da agricultura familiar na implementação do Programa (Santos, Sousa, Ferreira & Ramos, 2022); e sobre o papel dos diferentes atores políticos no processo de implementação (Freitas & Freitas, 2020; Lobo & Fechine, 2021; Lopes, Basso & Pauli, 2021).

Outra temática de enfoque das investigações diz respeito à adesão dos municípios à cota mínima de 30% da agricultura familiar que, segundo pesquisas, vem ocorrendo de maneira bastante distinta em todo o território nacional (Silva et al., 2023). Preocupar-se com o cumprimento (ou não) deste percentual mínimo é um exercício de pesquisa que contribui para reconhecer a importância das políticas públicas e, a partir de processos avaliativos, lançar luz sobre os potenciais desdobramentos da ação pública, justificando estudos que se debruçam sobre a execução de políticas públicas, sobretudo as sociais.

Nesse sentido, a construção do presente trabalho foi motivada pelo seguinte questionamento: qual é a participação da agricultura familiar no PNAE, em uma realidade local específica? Para responder à pergunta, o objetivo desta pesquisa foi avaliar a participação da agricultura familiar no PNAE na rede municipal de Varginha-MG.

Para proceder à avaliação, foram estabelecidos três indicadores, Participação da Agricultura Familiar (PAgF), Grau de Cobertura (GC) e Participação Municipal no PNAE (PMun), uma vez que os indicadores “[...] são, como as fotografias ou filmes, representações modelizadas — ou mesmo simplificadas — da realidade social, da sua mudança ou dos processos de trabalho de um programa” (Jannuzzi, 2016, p. 113).

Ademais, o município de Varginha foi selecionado como recorte territorial empírico da pesquisa devido à acessibilidade aos dados e por representar um município polo da mesorregião Sul/Sudoeste do estado de Minas Gerais cuja taxa de escolarização de 6 a 14 anos, em 2010, era de 97,9% (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2010).

Com isso, busca-se colaborar cientificamente, ao estender o campo que faz análises teórico-empíricas do PNAE (Lobo & Fachine, 2021; Lopes et al., 2021; Santos et al., 2022; Silva et al., 2023), além de possibilitar que os indicadores formulados sejam utilizados na metodologia de estudos análogos e futuros realizados por outros pesquisadores. Além disso, por se tratar de um estudo de avaliação de uma política pública, pode ser considerado um instrumento importante para auxiliar na atuação do Estado (de forma a promover a qualidade da gestão), na melhoria da eficiência do gasto público (tendo em vista a importância da alocação apropriada de recursos e da transparência das ações), e no controle social sobre a efetividade da ação do Estado e na responsabilização pelas decisões e ações tomadas (*accountability*) (Ramos & Schabbach, 2012).

Além desta introdução, o artigo foi subdividido em mais quatro seções: a revisão da literatura, a qual tece discussões sobre a agricultura familiar, o PNAE e a avaliação de políticas públicas; a metodologia, com a descrição das características e etapas de operacionalização do estudo; os resultados, com a exposição dos achados e suas análises; e, ao final, as considerações gerais.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.2. Agricultura familiar e o Programa Nacional de Alimentação Escolar

No Brasil, a despeito da popularização e da propagação do modelo de produção agrícola

tradicional, resiste a agricultura familiar. Trata-se do modo de produção no qual a exploração agrícola, o consumo e a gestão administrativa da propriedade são exercidos dentro da mesma família, sendo uma forma social de produção, reconhecida por suas contribuições materiais e imateriais à sociedade (Delgado & Bergamasco, 2017).

A relevância da agricultura familiar no Brasil foi evidenciada pelo último Censo Agropecuário (IBGE, 2017). Segundo o levantamento, o segmento produz vasta gama de grãos, proteínas animal e vegetal, frutas, verduras e legumes, totalizando cerca de 70% do feijão, 34% do arroz, 87% da mandioca, 60% do leite, 59% dos suínos, 50% das aves e 30% dos bovinos do país (IBGE, 2017). Além disso, é responsável por 77% dos estabelecimentos agrícolas do país e emprega cerca de 10 milhões de pessoas, correspondendo a 67% da força de trabalho dos que operam em atividades agropecuárias (IBGE, 2017). Das unidades da federação, Minas Gerais é a segunda no país com o maior número de pessoas que atuam no setor: cerca de 1 milhão de trabalhadores distribuídos em 441,8 mil estabelecimentos de agricultura familiar (IBGE, 2017).

No país, o perfil dos agricultores familiares, considerando o pessoal ocupado com laços de parentesco, é majoritariamente composto por homens (65%) (IBGE, 2017). No município de Varginha, a composição é semelhante: 72% do pessoal ocupado com laços de parentesco na agricultura familiar são do sexo masculino (IBGE, 2017). Em um estudo realizado por Pereira, Souza e Cunha (2020), especificamente com horticultores do município de Varginha, concluiu-se que a maioria deles possui ensino fundamental completo, 24% ensino médio completo e apenas 9% têm ensino superior completo. O mesmo estudo destacou que, predominantemente, as principais culturas comercializadas abrangem frutas (9%), verduras (34%) e legumes (18%). E, ainda, que 27% dos produtores participam de

programas governamentais, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o PNAE (Pereira, Souza & Cunha, 2020).

OPNAE foi reformulado no ano de 2009, por meio da Lei n.º 11.947, que inovou substancialmente ao prever a inclusão expressa da agricultura familiar no mercado da merenda escolar. Antes da Lei n.º 11.947/2009, os agricultores familiares enfrentavam dificuldades para competir com produtores da agricultura tradicional na comercialização com o setor público. Principalmente, porque a legislação que disciplinava as licitações e compras públicas era desfavorável à participação desse segmento, “sobretudo em razão da burocracia exigida (...) e da morosidade dos processos licitatórios” (Silva, 2019, p. 31).

Todavia, com o advento da nova Lei, o PNAE passou a fazer parte do “rol de políticas públicas federais voltadas à agricultura familiar” (Silva, 2021, p. 9). A agricultura familiar se conectou concretamente com a merenda escolar, especialmente, em função de três fatores: participação nas diretrizes da alimentação escolar; estabelecimento da cota mínima de aquisições; e flexibilização do processo licitatório.

Uma das diretrizes da alimentação escolar elencada no artigo 2º da Lei n.º 11.947/2009 é “o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar (...)”. Já o artigo 14 determina que, no mínimo, 30% do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE para o PNAE sejam utilizados na aquisição direta da agricultura familiar. Sendo que essa aquisição pode ser feita por meio de chamada pública, dispensando-se o processo licitatório, se os preços praticados forem compatíveis com os vigentes no mercado local.

Apesar de a Lei do PNAE não estipular isso expressamente ao definir seus objetivos, a interpretação teleológica¹ dessas disposições legais

evidencia que um dos propósitos do Programa é incentivar a participação efetiva da agricultura familiar no mercado institucional, fortalecendo essa categoria.

2.2. Avaliação de eficácia da política pública e estudos correlatos

Avaliação de políticas públicas é um termo conceituado por diversos autores (Ala-Harja & Helgason, 2000; Costa & Castanhar, 2003; Ramos & Schabbach, 2012), sendo que nesta pesquisa adotou-se a compreensão de Jannuzzi (2016), na qual

(...) avaliação refere-se ao esforço analítico de produzir informação e conhecimento para desenho, implementação e validação de programas e projetos sociais, por meio de abordagens metodológicas interdisciplinares da pesquisa social, com a finalidade de aprimorar a gestão das intervenções, seja no cumprimento dos objetivos (eficácia), nos seus impactos mais duradouros e abrangentes em termos de públicos e dimensões sociais alcançados (efetividade), seja nos custos condizentes com a escala e com a complexidade da intervenção (eficiência). (p. 46)

Nesse sentido, a avaliação é relevante para “guiar os tomadores de decisão, orientando-os quanto à continuidade, necessidade de correções ou mesmo suspensão de uma determinada política ou programa” (Costa & Castanhar, 2003, p. 972) e, com isso, “(...) adaptar a política, o ambiente organizacional e seus respectivos desenhos de ação para melhorar as condições sociais do meio” (Ala-Harja & Helgason, 2000, p. 5).

O PNAE, enquanto política pública, tem sido avaliado por pesquisadores sob diversos enfoques, dentre os quais se ressaltam: os dos impactos da pandemia Covid-19 (Amorim, Ribeiro & Bandoni, 2020; Cenci & Schneider, 2023; Pedroso, Corcioli & Foguesatto, 2020); das dinâmicas locais de implementação (Freitas & Freitas, 2020; Lima & Oliveira, 2020; Lobo & Fachine, 2021; Lopes et al., 2021); do padrão nutricional (Martins, Pereira

& Moreira, 2019); da gestão de associações e cooperativa (Santos et al., 2022); e da cota mínima de 30% de alimentos da agricultura familiar (Triches & Silvestri, 2018; Silva et al., 2023; Andrade, Araújo & Santos, 2019).

Sobre os impactos da pandemia do coronavírus, destaca-se o estudo de Pedroso, Corcioli e Foguesatto (2020), que analisou seus principais efeitos sobre a comercialização de hortaliças produzidas em estabelecimentos de agricultura familiar. Foi apontado que o impacto sofrido pelos produtores estava estreitamente relacionado ao canal de comercialização dominante. Aqueles que dependiam do funcionamento de feiras e restaurantes, por exemplo, foram drasticamente afetados economicamente, já aqueles ligados ao PNAE, nem tanto. O Programa funcionou como alternativa concreta para minimizar os efeitos econômicos, além de garantir a segurança alimentar de estudantes e pessoas vulneráveis. Na mesma linha, Cenci e Schneider (2023) analisaram o impacto da Covid-19 sobre agroindústrias familiares da Serra Gaúcha. Os autores também concluíram que as alterações ocorridas estavam relacionadas ao principal canal de comercialização utilizado, havendo a diminuição das vendas para o PNAE e em feiras municipais.

Com relação ao aspecto nutricional, sobressai a pesquisa de Martins, Pereira e Moreira (2019), que avaliou a qualidade e a preferência da alimentação escolar ofertada nos Centros Municipais de Educação Infantil de Varginha-MG em comparação com o índice proposto no PNAE, por meio de um teste de escala hedônica mista de cinco pontos. Os resultados demonstraram que 76% dos alunos avaliaram positivamente a alimentação escolar. Apesar de a aceitação ter sido alta, não atingiu o índice indicado pelo PNAE, o qual é de 85%. Assim, os autores concluíram haver a necessidade de reavaliação dos horários das refeições, além de investir em trabalhos de educação nutricional contínuos para melhorar os índices de aceitabilidade.

Quanto aos estudos sobre a cota mínima, aborda-se o de Silva et al. (2023), que levantou fatores intervenientes associados ao sucesso ou não dos municípios em cumprirem o mínimo de 30% de compras da agricultura familiar. Para tanto, foram analisados dois municípios vizinhos em Minas Gerais, cujas características eram similares, mas que registravam desempenhos discrepantes. Os resultados demonstraram que as “(...) estratégias administrativas municipais e as respectivas estruturas operacionais mobilizadas para esse fim são decisivas para o atendimento à cota mínima” (Silva et al., 2023, p. 19).

Já os estudos de Triches e Silvestri (2018) analisaram as chamadas públicas do ano de 2013 realizadas por prefeituras do Paraná. O intuito foi verificar se as chamadas eram adequadas em relação aos agricultores familiares e o quanto seu objetivo era atingido no que se refere à compra efetiva, quando comparada aos produtos solicitados pelos órgãos municipais. Concluiu-se que cerca de 70% dos municípios destinavam 30% ou mais dos recursos para a compra de produtos da agricultura familiar (atendendo a cota mínima). Todavia, notou-se que as chamadas públicas possuíam problemas no que diz respeito às informações que elas deveriam apresentar, prejudicando sua eficácia como instrumento de aquisição pública.

A pesquisa de Andrade, Araújo e Santos (2019) analisou como 17 municípios paraibanos estavam aplicando os recursos repassados pelo FNDE para o PNAE entre os anos de 2011 a 2015. As conclusões mostraram que, na maioria dos municípios, as compras de agricultores familiares ocorriam de forma desorganizada e com pouca gerência, sendo que houve anos em que a cota mínima de 30% dos recursos para agricultura familiar foi atingida, intercalados por anos sem esse tipo de aquisição.

Diante desta literatura, o presente trabalho dá continuidade aos estudos que tratam da aplicação dos recursos do PNAE. Neste caso, procedeu-se a uma

avaliação de eficácia ao pretender-se medir o grau em que o Programa atinge um de seus objetivos (Costa & Castanhar, 2003), isto é, buscou-se aferir se o PNAE de uma determinada rede pública municipal atinge o objetivo de incentivar a participação da agricultura familiar no mercado institucional.

Todavia, diferentemente das pesquisas supracitadas, esta recorre ao uso de indicadores para operacionalizar e quantificar os resultados (Costa & Castanhar, 2003; Ramos & Schabbach, 2012). De acordo com Jannuzzi (2005, p. 141), “indicadores sociais permitem a operacionalização de um conceito abstrato ou de uma demanda de interesse programático. Eles apontam, indicam, aproximam, traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse definidas a partir de escolhas teóricas ou políticas realizadas anteriormente”.

Dentre as classificações que a avaliação de políticas públicas pode assumir, esta pesquisa, quanto ao agente, é considerada uma avaliação externa, realizada por pesquisadores de fora das instituições responsáveis pelo PNAE. Quanto à natureza e ao momento, trata-se de uma avaliação somativa e *ex post*, porque ocorreu após a formulação do programa, durante a sua execução, e para verificar se os objetivos foram alcançados (Ramos & Schabbach, 2012).

3. METODOLOGIA

3.1. Caracterização da pesquisa

A pesquisa é descritiva, por ter a intenção de descrever as características do PNAE de uma determinada rede municipal, tendo sido mobilizados o levantamento de dados, a descrição de seus elementos e, posteriormente, a interpretação. Ainda, é uma pesquisa documental, baseada em documentos escritos primários (Marconi & Lakatos, 2003), a saber, dados do PNAE encaminhados por um órgão público municipal, dados do Censo Escolar e reportagens. Além disso, a pesquisa é quantitativa, por ter a

intenção de quantificar os elementos empíricos para compreender o fenômeno estudado, buscando aferir se a política pública atinge o objetivo de incentivar a participação da agricultura familiar no mercado institucional. Enquanto uma pesquisa avaliativa de política pública, trata-se de uma avaliação externa, somativa e *ex post*, conforme a classificação apresentada em Ramos e Schabbach (2012).

O estudo limitou-se ao município de Varginha, localizado na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas Gerais, com população de 136.467 habitantes (IBGE, 2023). A escolha geográfica justifica-se em razão da centralidade regional do local.

Quanto ao recorte temporal, coletaram-se dados de 2017 a 2022, para abranger um período temporal antes (2017 a 2019) e depois (2022) da pandemia de Covid-19, que se iniciou em 2020 (Pan et al., 2020), a fim de se explorar eventuais alterações devido à mudança no contexto.

3.2. Operacionalização

A pesquisa foi operacionalizada em três etapas: coleta de dados; levantamento e organização dos dados e de outros documentos; e análise dos dados. Na primeira etapa, solicitou-se à Secretaria Municipal de Educação de Varginha-MG (SEDUC)², via *e-mail*, os seguintes dados: valor (R\$) anual repassado pelo FNDE para execução do PNAE (2017-2022); valor (R\$) anual efetivamente utilizado pelo Município para execução do PNAE (2017-2022); valor (R\$) anual destinado à compra de alimentos da agricultura familiar (2017-2022); tipos de alimentos comprados da agricultura familiar; quantidade média (kg) de alimentos comprados da agricultura familiar; e informações sobre a execução do PNAE durante a pandemia. Ressalta-se que houve convergência entre os dados relativos aos repasses federais informados pelo Município com os constantes no site do FNDE que informa os dados da execução financeira do PNAE (FNDE, 2023). Ademais, dados do número

anual de alunos matriculados nas escolas da rede municipal de Varginha foram coletados do “Censo Escolar” disponibilizado oficialmente no site QEduc (2023).

Na segunda etapa, os dados foram organizados em planilhas eletrônicas, possibilitando a criação de tabelas e gráficos, e, ainda, foram levantadas reportagens, buscando-se os termos “aulas pandemia” e “ranking transparência” no *site* da Prefeitura Municipal de Varginha-MG e de portais de notícias. Após, explorou-se o conjunto de dados analiticamente, construindo-se indicadores para avaliação do PNAE neste estudo, detalhados no Quadro 1.

Na terceira etapa, os dados foram tratados por meio de técnicas de “estatísticas para descrição, exploração e comparação de dados”, que “resumem, ou descrevem, as características importantes de um conjunto de dados” (Triola, 2017, p. 106), sendo essas: média, mínimo, máximo, linha de tendência, desvio padrão e coeficiente de variação.

4. RESULTADOS, ANÁLISES E DISCUSSÕES

A SEDUC, por meio do Setor de Merenda Escolar, enviou os dados solicitados por *e-mail* 10

dias após o pedido. Ressalta-se que o município de Varginha-MG é destaque no cenário estadual por zelar pela transparência na prestação de informações públicas (Controladoria-Geral da União, 2021; Prefeitura de Varginha, 2021a). A síntese dos dados coletados está apresentada na Tabela 1.

Varginha possui 36 unidades de ensino municipal que oferecem Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II, e Educação de Jovens e Adultos. Sobre o PNAE, no período estudado, em média, as unidades ofereceram 3.000.000 refeições/ano e adquiriram semanalmente 9.800 kg de alimentos da agricultura familiar. O município comprou 36 diferentes tipos de alimentos, como: ovo, abóbora, alface, banana, brócolis, cenoura, couve, laranja, limão, maracujá e tomate. Além de laticínios, como iogurte, queijo e leite em pó.

Quanto ao número de alunos matriculados anualmente, houve uma tendência de crescimento. O máximo foi de 11.031 em 2022 e o mínimo de 9.587 em 2017. A amplitude foi de 856 alunos. A média foi de 10.175 alunos, o desvio padrão 611,88 e o coeficiente de variação foi 6,0%, indicando baixo grau de dispersão dos dados e, conseqüentemente, alta representatividade da média.

QUADRO 1 – Indicadores para avaliação do PNAE utilizados no estudo

Indicador/Sigla	Descrição e Forma de Cálculo
Grau de Cobertura (GC)	Indica o valor do PNAE gasto com cada aluno matriculado na rede pública municipal. $GC = \frac{\text{Valor anual da execução do PNAE}}{\text{Alunos matriculados no ano}}$
Participação da Agricultura Familiar (PAgF)	Indica o percentual dos recursos repassados pelo FNDE para o PNAE da rede pública municipal utilizado em aquisições de alimentos da agricultura familiar. Conseqüentemente, indica o cumprimento ou não do artigo 30 da Lei n.º 11.947/09. $PAgF = \frac{\text{Valor anual destinado à compras de AgF}}{\text{Valor anual repassado pelo FNDE}} \times 100$
Participação Municipal no PNAE (PMun)	Indica se houve e o percentual da participação de recursos municipais na execução do PNAE. O sinal positivo indica que a verba federal foi suficiente ou maior do que os custos com a execução do PNAE. O sinal negativo indica que a verba federal foi inferior ao gasto com a execução do Programa, havendo necessidade de aporte de recursos municipais. $PMun = \frac{\text{Valor anual repassado pelo FNDE} - \text{Valor anual de execução do PNAE}}{\text{Valor anual de execução do PNAE}} \times 100$

Fonte: Elaborado pelos autores

Nos anos de 2020 a 2022, mesmo com a tendência geral de evasão escolar em decorrência da pandemia (Neri & Osorio, 2022), houve um aumento no número de alunos matriculados na rede pública municipal. Tal crescimento pode estar relacionado ao fluxo migratório da rede de ensino privada para a rede pública ocorrido durante a pandemia (Pilarski, Myszczyk, Pereira & Carvalho, 2022; Gianinni, 2022).

Os resultados do indicador “GC” estão representados na Figura 1.

Quanto ao GC, o máximo ocorreu em 2022, quando foi R\$ 153,07, e o mínimo em 2021, quando foi R\$ 80,61. A amplitude, portanto, foi de R\$ 72,46. O GC, em média, foi R\$ 110,70, sendo o desvio padrão R\$ 27,77 e o coeficiente de variação 25,0%, representando média dispersão dos dados.

O art. 5º, §4º da Lei do PNAE determina que o cálculo dos repasses federais seja feito a partir do número de alunos apurado no Censo Escolar. Assim, em um primeiro momento, podia-se esperar que os

TABELA 1 – PNAE na rede pública municipal de Varginha-MG de 2017 a 2022

Ano	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Alunos matriculados ¹	9.587	9.856	9.662	10.089	10.824	11.031
Recursos repassados pelo FNDE (R\$) ²	1.020.596,80	1.057.459,60	1.107.448,00	1.174.047,60	1.243.398,20	786.236,14
Valor efetivamente gasto com alimentação escolar ^{2*}	969.261,79	1.086.771,21	1.281.375,43	873.268,95	872.553,65	1.688.538,45
Recursos utilizados em aquisições da agricultura familiar (R\$) ²	678.760,27	704.152,95	802.488,75	503.177,52	589.874,70	909.908,69

¹ Dados obtidos do Censo Escolar

² Dados fornecidos pela SEDUC

*A verba federal recebida do FNDE pode ser complementada por verbas municipais do Salário Educação e Recursos do Tesouro Municipal.

Fonte: dados desta pesquisa

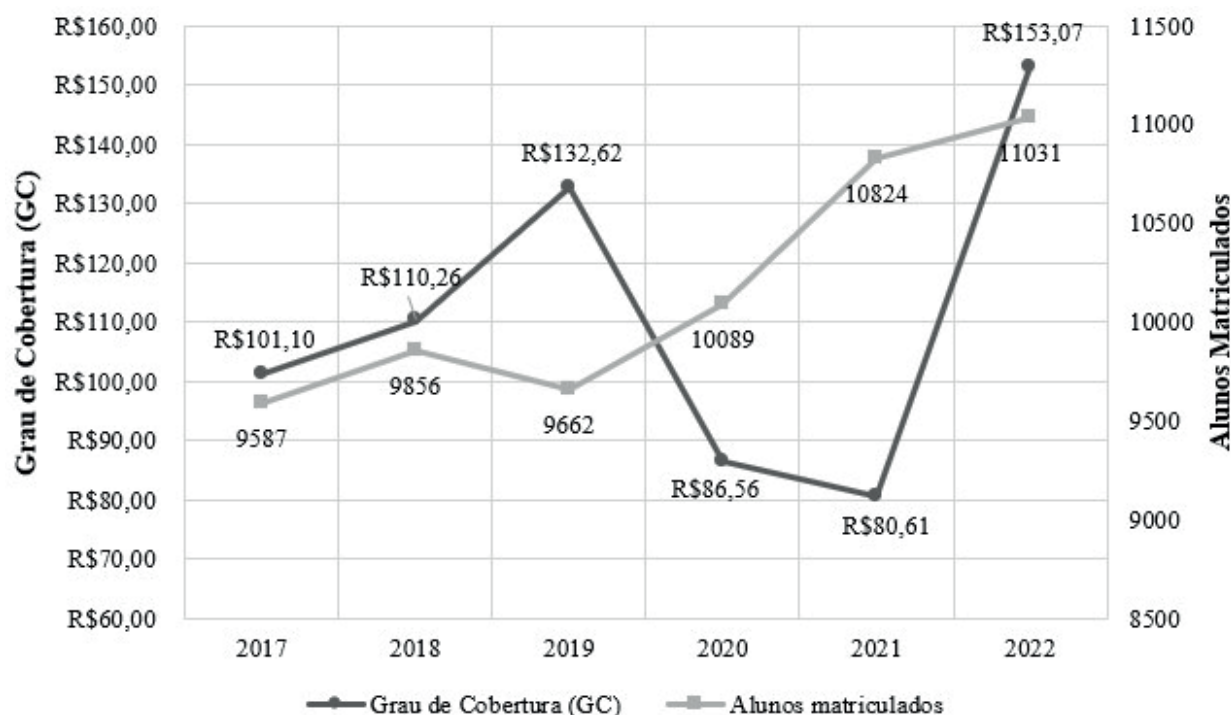


FIGURA 1 – Grau de Cobertura (GC) - PNAE, Varginha-MG - 2017-2022

Fonte: dados desta pesquisa

resultados do GC fossem homogêneos e que tivessem relação direta com o número de alunos matriculados. Todavia, essa hipótese não se confirma. Possivelmente, porque em alguns anos foi necessário que o Município de Varginha fizesse aportes para execução do PNAE com recursos próprios, os quais são provenientes do Salário Educação e do Tesouro Municipal, e essas complementações variam para cada ano.

Apesar do aumento do número de alunos matriculados em 2020 e 2021, esses foram os anos em que o GC foi menor, respectivamente, de R\$ 86,56 e R\$ 80,61 - valores abaixo da média de R\$ 110,70. Isso está relacionado ao fato de terem sido os anos em que o Município gastou menos com a execução do Programa (R\$ 873.268,95 em 2020; e R\$ 872.553,65 em 2021). Pereira et al. (2020) afirmam que durante a pandemia, quando o Programa foi executado com a entrega de kits, o custo alimentar *per capita* aumentou e o investimento para o PNAE

não o acompanhou, agravando a insuficiência de recursos financeiros.

O ano de 2022 apresentou o maior número de alunos matriculados no período, todavia também foi o ano em que o PNAE foi executado com mais recursos (R\$ 1.688.538,45), culminando no maior GC (R\$ 153,07 por aluno). Tais valores coincidem com o ano da volta às aulas presenciais pós-pandemia.

Os resultados do indicador “PAgF” estão apresentados na Figura 2.

Nota-se que em todos os anos a PAgF superou a cota mínima de 30% destinada às aquisições de agricultura familiar do total de valores repassados pelo FNDE, divergindo, por exemplo, dos achados de Andrade et al. (2019). Para Silva et al. (2023), são circunstâncias que tornam o PNAE bem-sucedido: estruturação e articulação entre instâncias do poder executivo local, entidades representativas dos produtores familiares e entidades de assistência

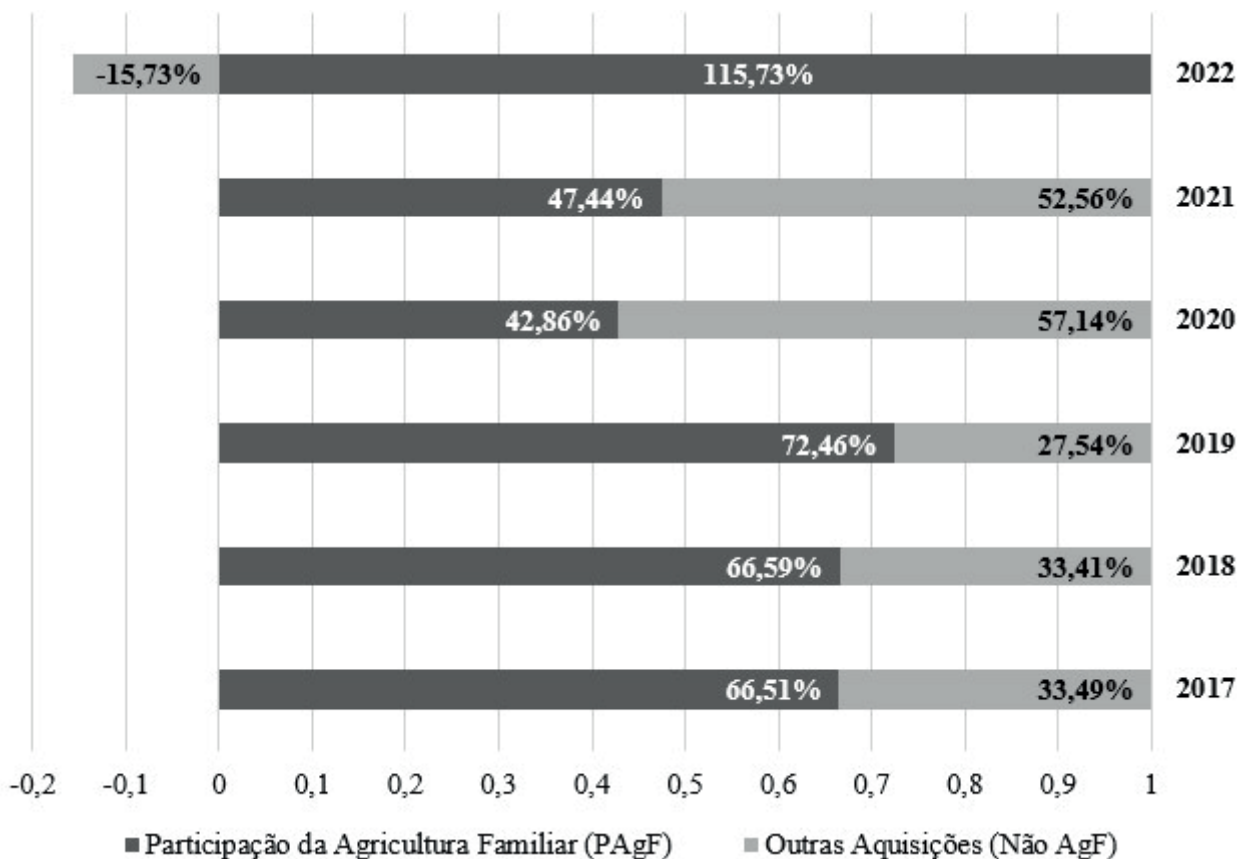


FIGURA 2 – Participação da Agricultura Familiar no PNAE da rede de ensino público municipal de Varginha-MG - 2017-2022

Fonte: dados desta pesquisa

técnica rural; organização coletiva e capacidade de interlocução institucional dos agricultores familiares locais; e adequação dos instrumentos normativos pelos quais o programa se realiza. Possivelmente, esses fatores estão atrelados à representatividade da PAgF no PNAE da rede de ensino público municipal de Varginha, o que pode ser confirmado em futuros estudos sobre a temática.

Em média, 68,6% dos recursos federais repassados para o PNAE foram destinados à aquisição de alimentos da agricultura familiar, equivalendo a R\$ 698.060,48. O máximo ocorreu no ano de 2022, com PAgF de 100%, e o mínimo em 2020, com 42,86%. O desvio padrão foi de 25,9% e o coeficiente de variação de 37,76%, mostrando alta dispersão dos dados e evidenciando que o indicador demonstrou comportamento heterogêneo ao longo dos anos.

Na série histórica analisada, houve uma redução considerável da PAgF no ano de 2020, quando diminuiu em, aproximadamente, 37,30% em comparação com o ano anterior. A retração coincidiu com o ano em que houve o início da pandemia de Covid-19, que ensejou a suspensão das aulas presenciais nas escolas de todo o país, inclusive nas da rede municipal de Varginha. Com a suspensão, a implementação do PNAE foi obstada, pois a merenda parou de ser oferecida diariamente a todos os estudantes nas escolas. Somente a partir de abril de 2020 que o PNAE voltou a ser executado, após a Lei autorizar excepcionalmente a distribuição da alimentação escolar aos responsáveis pelos estudantes (Brasil, 2020). Assim sendo, em 2020, a rede de ensino municipal de Varginha continuou adquirindo (porém, em menor escala) gêneros alimentícios por meio do PNAE, inclusive de frutas e legumes da agricultura familiar, e passou a distribuí-los em cestas aos familiares dos estudantes (Prefeitura de Varginha, 2021b; FNDE, 2021). Mesmo com a redução observada, o PNAE demonstrou ser um canal de comercialização importante para os agricultores familiares, funcionando

como alternativa concreta para minimizar os impactos econômicos (Pedroso et al., 2020).

Já no ano seguinte, em 2021, a PAgF apresentou um aumento de aproximadamente 17,23% em relação ao ano anterior, o qual pode estar ligado justamente ao retorno das aulas presenciais na rede municipal (G1 Sul de Minas, 2021; Prefeitura de Varginha, 2021c) e à retomada de oferta da alimentação escolar diária a todos os estudantes.

No ano de 2022 houve uma situação extraordinária. Neste ano, o FNDE repassou R\$ 786.236,14 e o Município teve de complementar R\$ 902.302,31, pois o gasto total para execução do PNAE foi de R\$ 1.688.538,45. Destes, R\$ 909.908,69 foram utilizados para aquisição de produtos da agricultura familiar. Ou seja, o valor repassado pelo governo federal foi totalmente absorvido pela agricultura familiar e ainda houve necessidade de o Município complementá-lo.

Diante deste resultado, é importante analisar especificamente a participação dos recursos municipais na execução da política pública, a qual está representada na Tabela 2.

No ano de 2017, o gasto para a execução do PNAE de Varginha foi inferior ao valor repassado pelo governo federal, sendo, portanto, desnecessária contrapartida municipal. Em 2018, o município teve de aportar R\$ 29.311,61, culminando na PMun de 3%. Em 2019, a participação foi ainda maior, de R\$ 173.927,43, correspondendo a PMun de 14%. Em 2020 e 2021, os valores repassados pelo governo federal foram mais do que suficientes para garantir a execução do Programa, havendo inclusive recursos federais remanescentes.

Já em 2022, a PMun atingiu seu máximo: houve o menor repasse federal na série histórica analisada (R\$ 786.236,14) e o maior custo para execução do PNAE (R\$ 1.688.538,45), de modo que o município teve de complementar R\$ 902.302,31 com recursos próprios, correspondendo a PMun de 53%. Ou seja, mais da metade dos recursos necessários para o PNAE foram provenientes dos cofres municipais.

TABELA 2 – Participação Municipal de Varginha no PNAE de 2017 a 2022

Ano	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Diferença entre o valor dos recursos repassados pelo FNDE (R\$) e o efetivamente gasto na execução do PNAE (R\$)*	51.335,01	- 29.311,61	- 173.927,43	300.778,65	370.844,55	- 902.302,31
Participação Municipal (%)*	5%	- 3%	- 14%	34%	43%	- 53%

*O sinal positivo (+) indica que a verba federal recebida do FNDE foi maior do que o valor efetivamente gasto pelo município. Por outro lado, o sinal negativo (-) indica que o recurso federal não foi suficiente, culminando na contrapartida local para equalizar o custo de implementação do Programa.

Fonte: dados desta pesquisa

Estes resultados demonstram que os recursos federais repassados se tornaram insuficientes para a execução plena do PNAE. No ano de 2022, inclusive, o Congresso Nacional havia aprovado o reajuste do valor de repasse ao PNAE no âmbito da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que previa a correção, pela inflação, desses valores, estagnados desde 2017. Todavia, a medida foi vetada pelo então presidente da república Jair Bolsonaro (PL) (Rodrigues & Ribeiro, 2022). Já em 2023, o presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT) autorizou o reajuste em percentuais que variam de 28% a 39% dos valores per capita do PNAE para todas as etapas e modalidades da educação básica (Ministério da Educação, 2023), de modo que se espera que, futuramente, a necessidade de PMun diminua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar é um segmento que, historicamente, foi marginalizado nos mercados institucionais, principalmente pela existência de entraves legais e inexistência de facilitadores que a incluíssem nas compras públicas. Diante disso, em 2009, o PNAE foi reformulado, passando a ser uma política pública que tem como um de seus propósitos incluir a agricultura familiar nas compras estatais, especificamente nas da merenda escolar. A avaliação do Programa na rede de ensino público municipal de Varginha-MG permitiu concluir que se trata de uma iniciativa eficaz no alcance desse objetivo.

Durante todo o período analisado (2017-2022), a agricultura familiar foi responsável por fornecer a maioria dos alimentos adquiridos pelo PNAE (média de 68,60%), conforme demonstrado pelo indicador PAgF. A participação, inclusive, ultrapassou em muito a cota mínima de 30% estipulada no artigo 14 da Lei n.º 11.947/2009.

Há indícios na literatura de que a estruturação e a articulação entre as instâncias do poder executivo local, entidades representativas dos produtores familiares e entidades de assistência técnica rural; a organização coletiva e capacidade de interlocução institucional dos agricultores familiares locais; e a adequação dos instrumentos normativos pelos quais o programa se realiza são fatores que tornam o PNAE bem-sucedido nas localidades (Silva et al., 2023). Para o estudo em tela, os dados analisados não permitem esta constatação, mas sinalizam para a necessidade de aprofundamento nos fatores explicativos do desempenho da política pública ao nível local, o que se recomenda para futuras investigações.

A pandemia trouxe impactos consideráveis ao modificar a execução do Programa, fazendo com que a alimentação escolar fosse entregue aos estudantes e seus responsáveis por meio de cestas. Entretanto, nos anos de 2020 e 2021, os valores efetivamente utilizados no PNAE foram os menores da série histórica analisada, diminuindo sobremaneira o GC. Ainda assim, neste período, a agricultura familiar continuou sendo responsável por fornecer a maioria dos alimentos às escolas, evidenciando a importância

do PNAE como canal de comercialização para os agricultores familiares, que já sofriam financeiramente em razão das restrições impostas a feiras e restaurantes durante a pandemia.

Em três dos seis anos da série histórica analisada (2017 a 2022), os recursos federais foram insuficientes para custear a execução integral do PNAE, sendo necessária complementação com recursos municipais em 2018, 2019 e 2022. Sendo que, em 2022, o Município participou com 53% dos recursos, ultrapassando, portanto, o investimento federal, revelando a necessidade de reajuste nos valores repassados pelo FNDE - a qual foi providenciada pelo governo federal apenas em março de 2023.

Em face dos resultados obtidos, é importante destacar as contribuições teóricas e práticas advindas do exercício de pesquisa apresentado neste artigo. Ao lançar luz para a operacionalização de uma importante política pública nacional, em um recorte territorial específico, contribui-se com o estoque do conhecimento quanto à avaliação do PNAE e o alcance de seus resultados. O estudo avaliativo permitiu identificar, ao longo do tempo, o comportamento da política pública ao nível local, num município de porte médio, localizado na região Sudeste do país. Isso oferece subsídios para comparação em outras avaliações, haja vista que o PNAE tem abrangência nacional. Em termos práticos, destaca-se a sinalização à gestão pública municipal e federal sobre o desempenho da política, sendo que os números possibilitam um panorama ampliado do contexto para que medidas pontuais (seja de correção ou manutenção das atividades) possam ser efetivadas.

Como limitações desta pesquisa, cita-se a abordagem de somente uma cidade e apenas da rede de ensino público municipal. Não se estendeu a pesquisa à rede estadual devido à falta de dados compilados e disponíveis. Assim, sugere-se que sejam realizadas pesquisas em outras localidades, de forma mais abrangente e comparativa.

Por fim, constatou-se um problema: faltam bases de dados de amplo conhecimento e fácil acesso que reúnam informações sobre o PNAE nos níveis estadual e municipal, trazendo não somente dados acerca dos recursos, mas também das chamadas públicas, do número de agricultores familiares participantes, de quantos efetivamente foram contratados, etc. Essa carência acaba dificultando (ou mesmo inviabilizando) a realização de estudos mais complexos sobre a execução do programa. Isso reduz o potencial da avaliação de políticas públicas para contribuir com a qualidade da gestão, com a alocação apropriada de recursos, com a transparência das ações e com o exercício da *accountability*.

NOTAS DE FIM

¹ A interpretação teleológica transcende a interpretação literal da norma, voltando-se para a razão finalística que motivou a produção normativa, ou seja, para o fim que ela pretende alcançar (Maximiliano, 2011).

² A pretensão inicial deste estudo era realizar uma análise mais ampliada acerca da experiência do PNAE nas redes de ensino público municipal e estadual de Varginha/MG. Desse modo, os dados sobre a realidade da rede estadual foram igualmente solicitados, via e-mail, à Superintendência Regional de Ensino de Varginha/MG (SRE). Após treze dias, a Diretoria Administrativa e Financeira respondeu à solicitação. Todavia, somente enviou dados dos recursos do PNAE do ano de 2022. Quanto às demais informações, a SRE informou “não ter esse controle” e sugeriu que a solicitação fosse direcionada especificamente à cada escola estadual e/ou à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater). Restou evidenciado, portanto, a falta de centralização das informações do PNAE na rede estadual e a ausência de consolidação dos dados referentes a esta política pública, de modo que a análise da rede estadual restou inviabilizada.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade Federal de Alfenas

REFERÊNCIAS

- Ala-Harja, M., & Helgason, S. (2000). Em direção às melhores práticas de avaliação. *Revista do Serviço Público*, 51(4), 5-60. <https://doi.org/10.21874/rsp.v51i4.334>
- Amorim, A. L. B. D., Ribeiro, J. R. S. Jr., & Bandoni, D. H. V. (2020). Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. *Revista de Administração Pública*, 54 (4), 1134-1145. <https://doi.org/10.1590/0034-761220200349>
- Andrade, J. C., Araújo, M. A., & Santos, P. V. S. (2019). Estudo sobre aquisição de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar: o caso dos municípios paraibanos. *Gestão e Sociedade*, 13(36), 3062-3089. <https://doi.org/10.21171/ges.v13i36.2635>
- Brasil. (2009). *Lei nº 11.947*. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm
- Brasil. (2020). *Lei nº 13.987*. Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/13987.htm
- Cenci, A., & Schneider, S. (2023). Impacto da Covid-19 nos canais de comercialização e mercados das agroindústrias familiares da serra gaúcha. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, 25, 1-15. <https://doi.org/10.48142/2520231961>
- Controladoria-Geral da União. (2021). *Mapa Brasil Transparente*. https://mbt.cgu.gov.br/publico/avaliacao/66/planejamento_geral/questionario/unidade/6267/resposta/66
- Costa, F. L., & Castanhar, J. C. (2003). Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. *Revista de Administração Pública*, 37(5), 969-992. <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6509>
- Delgado, G. C., & Bergamasco, S. M. P. P. (2017). *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 470.
- Freitas, A. F., & Freitas, A. F. (2020). Dinâmicas locais de implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, 9(2), 137-155. <https://periodicos.ufba.br/index.php/rigs/article/view/33416>
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. (2021, 2 de setembro). *Estudantes de Varginha-MG vão receber kits da alimentação escolar*. <https://www.gov.br/fnde/pt-br/assuntos/noticias/estudantes-de-varginha-mg-vao-receber-kits-da-alimentacao-escolar>
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. (s.d.). *Programa Nacional de Alimentação Escolar*. <https://www.gov.br/fnde/pt-br/ acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. (2023). *Repases Financeiros por Entidade Executora*. <https://www.gov.br/fnde/pt-br/ acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/consultas/pnae-repases-financeiros>
- Giannini, A. (2022, 7 de agosto). *Cresce o número de alunos que trocam a rede privada pela pública*. In: Veja. <https://veja.abril.com.br/educacao/cresce-o-numero-de-alunos-que-trocam-a-rede-privada-pela-publica>
- G1 Sul de Minas. (2021, 14 de outubro). *Aulas presenciais da rede municipal de ensino serão retomadas na próxima semana em Varginha, MG*. <https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2021/10/14/aulas-presenciais-da-rede-municipal-de-ensino-serao-retomadas-na-proxima-semana-em-varginha-mg.ghm>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário*. (2017). In: IBGE. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuaria.html>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Panorama*. (2010). In: Censo 2010. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/varginha/panorama>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Panorama*. (2023). In: Censo 2022. <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>
- Jannuzzi, P. M. (2005). Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. *Revista do Serviço Público*, 56(2), 137-160. <https://doi.org/10.21874/rsp.v56i2.222>
- Jannuzzi, P. M. (2016). *Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas*. Campinas: Editora Alínea.

- Lima, T. L. B., & Oliveira, M. L. R. (2020). Implementação do Mercado Institucional do Programa Nacional de Alimentação Escolar em Patos de Minas-MG. *Desenvolvimento em Questão*, 18(52), 159-177. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2020.52.159-177>
- Lobo, C. A., & Fechine, V. M. R. (2021). Avaliação da parceria FNDE e IFES na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). *Revista Do Serviço Público*, 72(3), 554-582. <https://doi.org/10.21874/rsp.v72.i3.4939>
- Lopes, I. D., Basso, D., & Pauli, R. I. P. (2021). Limites e potencialidades do programa nacional de alimentação escolar na percepção de atores sociais regionais. *Gestão e Regionalidade*, 37(110), 58-75. <https://doi.org/10.13037/gr.vol37n110.6144>
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas.
- Martins, B. P., Pereira, M. A. O., & Moreira, D. C. F. (2019). Aceitabilidade do almoço servido nos Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEI) de Varginha-MG. *Interação - Revista de Ensino, Pesquisa e Extensão*, 18(3), 38-55. <https://doi.org/10.33836/interacao.v18i3.101>
- Maximiliano, C. (2011). *Hermenêutica e Aplicação do Direito* (20 ed.). Forense.
- Ministério da Educação. (2023, 10 de março). *Governo Federal reajusta valores da alimentação escolar*. <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/governo-federal-reajusta-valores-da-alimentacao-escolar>
- Neri, M. C., & Osorio, M. C. (2022). *Retorno para escola, jornada e pandemia*. Rio de Janeiro: FGV Social.
- Pan, A., Liu, L., Wang, C., Guo, H., Hao, X., Wang, Q., Huang, J., He, N., Yu, H., Lin, X., Wei, S., & Wu, T. (2020). Association of Public Health Interventions with the Epidemiology of the COVID-19 Outbreak in Wuhan, China. *Jama*, 323(19), 1915-1923. <https://doi.org/10.1001/jama.2020.6130>
- Pedroso, M. T. M., Corcioli, G., & Foguesatto, C. R. (2020). A crise do coronavírus e o agricultor familiar produtor de hortaliças. *Revista Eletrônica Gestão & Sociedade*, 14, 3740-3749. <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/213868/1/3254-Texto-do-artigo-10891-1-10-20200602.pdf>
- Pereira, A. S., Campos, F. M., Santos, C. R. B., Lima, E. C. S., Mocellin, M. C., Serra, G. M. A., Ferreirinha, M. L. C., & Azevedo, A. B. C. (2020). Desafios na execução do programa nacional de alimentação escolar durante a pandemia pela COVID-19. *Brazilian Journal of Development*, 6(8), 63268-63282. <https://doi.org/10.34117/bjdv6n8-674>
- Pereira, G. C., Souza, A. A., & Cunha, L. T. (2020). Perfil de produtores de hortaliças provenientes da agricultura familiar em Boa Esperança e Varginha – MG. *Revista Agroveterinária do Sul de Minas*, 2(1), 33-44. <https://periodicos.unis.edu.br/index.php/agrovetsulminas/article/view/356>
- Pilarski, M. M., Myszczyk, A. N., Pereira, V. H., & Carvalho, H. A. (2022). A migração para o ensino público: uma análise do direito à educação no Paraná em tempos de pandemia de Covid-19. *Revista Educação e Políticas em Debate*, 11(3), 944-958. <https://doi.org/10.14393/REPOD-v11n3a2022-65291>
- Prefeitura de Varginha. (2021a, 22 de março). *Portal da Transparência da Prefeitura de Varginha fica em 3º lugar no ranking da controladoria geral da União de Minas Gerais*. <https://www.varginha.mg.gov.br/portal/noticias/0/3/6568/portal-da-transparencia-da-prefeitura-de-varginha-fica-em-3-lugar-no-ranking-da-controladoria-geral-da-uniao-de-minas-gerais>
- Prefeitura de Varginha. (2021b, 4 de maio). *Prefeitura de Varginha se organiza para entrega de cestas de alimentos*. <https://www.varginha.mg.gov.br/portal/noticias/0/3/6606/prefeitura-de-varginha-se-organiza-para-entrega-de-cestas-de-alimentos>
- Prefeitura de Varginha. (2021c, 18 de outubro). *Alunos da rede municipal de ensino retornam às aulas presenciais*. <https://www.varginha.mg.gov.br/portal/noticias/0/3/6751/alunos-da-rede-municipal-de-ensino-retornam-as-aulas-presenciais>
- QEDU. (2023). *Número de alunos matriculados na rede pública de Varginha/MG*. <https://qedu.org.br/municipio/3170701-varginha>
- Ramos, M. P., & Schabbach, L. M. (2012). O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 46, 1271-1294. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122012000500005>
- Rodrigues, E. & Ribeiro, L. (2022, 10 de agosto). *Bolsonaro veta reajuste de verba para merenda escolar*. UOL. <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2022/08/10/bolsonaro-veta-reajuste-de-verba-para-merenda-escolar.htm>
- Santos, L. F., Sousa, W. J., Ferreira, M. A. M., & Ramos, A. S. M. (2022). Gestão de associações e cooperativas da agricultura familiar na implementação do programa nacional de alimentação escolar em territórios rurais. *Gestão & Regionalidade*, 38(114). <https://doi.org/10.13037/gr.vol38n114.7188>

- Silva, S. P. (2019). *Trajatória e padrões de mudança institucional no Programa Nacional de Alimentação Escolar*. Brasília: Ipea. <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9523>
- Silva, S. P. (2021). *Panorama da produção acadêmica sobre alimentação escolar e agricultura familiar no Brasil*. Brasília: Ipea. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.38116/td2656>
- Silva, S. P., Valadares, A. A., Alves, F., & Bastian, L. (2023). Fatores intervenientes na aquisição municipal de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 28(89), 1-22. <https://doi.org/10.12660/cgpc.v28.85275>
- Triches, R. M., & Silvestri, F. (2018). Adequação das chamadas públicas para aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar. *Desenvolvimento em questão*, 16(44), 233-259. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2018.44.233-259>
- Triola, M. F. (2017). *Introdução à estatística*. Rio de Janeiro: LTC.